

**10º ETAPA**

Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E DIREITOS HUMANOS	
Nome do Componente Curricular: DIREITO AMBIENTAL		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: 10ª	
EMENTA O Direito Ambiental deve ocupar centralidade nos diálogos dos presentes e futuras gerações tendo em vista os desafios e perspectivas que as questões ambientais estão sinalizando para a própria viabilidade de manutenção da vida, ocupando o Brasil, na condição de país mega biodiverso, destaque nos debates internacionais na área. São conceitos chave desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ambiental em sua interface com os Direitos Humanos e as atividades econômicas. Assim, a disciplina se ocupa dos conceitos básicos sobre ecologia, estrutura e dinâmica do Direito Ambiental brasileiro, incluindo tutela constitucional, legislação especial, programas e políticas públicas ambientais federais e conexões com a proteção internacional do meio ambiente. Temas como espaços territoriais (incluindo terras indígenas), licenciamento ambiental, poluição, danos e crimes ambientais, serviços ambientais, biodiversidade, recursos hídricos, resíduos sólidos, mudanças climáticas, consumo sustentável e educação ambiental estarão em evidência.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LEITE, Jose Rubens Morato (Coord) Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015 MACHADO, Paulo Affonso L. Direito Ambiental Brasileiro. 21a ed, rev ampl. e at., de acordo com as Leis 12.651, de 25.5.2012 e 12.727, de 17.10.2012 e com o Decreto 7.830, de 17.10.2012. São Paulo: Malheiros, 2013. PHILIPPI JR, Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. Direito ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2016. SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. São Paulo: Grupo Gen, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (Minha Biblioteca) FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques (coord.). Direito ambiental contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2015. JUBILUT, Liliana Lyra; REI, Fernando Cardozo Fernandes; GARCEZ, Gabriela Soldano (editores). Direitos humanos e meio ambiente: minorias ambientais. Barueri, SP: Manole, 2017. – (Coleção ambiental; 22) LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Dano Ambiental. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. MUKAI, Toshio. Direito ambiental sistematizado. 10a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016. SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E DIREITOS HUMANOS	
Nome do Componente Curricular: DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 4h	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: 10º Semestre	

EMENTA

Direitos da Criança e do Adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente): Esta disciplina visa formar profissionais aptos a viver e defender os valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade; assumir cargos técnicos jurídicos nas diversas carreiras públicas ou privadas, sensíveis aos movimentos sociais e à dinâmica do direito, com raciocínio jurídico e reflexão crítica; desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito. Proporcionar ao discente o conhecimento dos direitos da criança e do adolescente, possibilitando a plena identificação destes como pessoas em formação, compreendendo a importância da legislação específica e demais ordenamentos jurídicos aplicáveis. Possibilitar a formação de um profissional apto a atuar como advogado, juiz, promotor, conselheiro tutelar e todos os demais operadores que atuam na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) tem o objetivo de garantir os direitos à pessoa idosa, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. A pessoa idosa tem todos os direitos e a lei protege e facilita a preservação de sua saúde física, mental, moral, intelectual, espiritual e social, objetivando amparar as necessidades comuns a essa fase da vida. Todas as pessoas devem proteger a dignidade da pessoa idosa e nenhuma pessoa idosa pode sofrer qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, sendo que qualquer descumprimento aos direitos da pessoa idosa será punido por lei.

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) O chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência se trata da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência) e tem por objetivo a promoção, em condições de igualdade, do exercício dos direitos e liberdades funda A acessibilidade prevista na lei 13.146 de 2015, revigora a importância da aprovação de financiamento pelo poder público em projetos que contribuam para a acessibilidade de um direito garantido à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida de viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

Sendo instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, sendo considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CURY, Munir (Coord./Editor). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais. 13ed., São Paulo: Malheiros, 2018.

ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência. 20 ed. São Paulo:Atlas, 2019.

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao estatuto da criança edo adolescente. 12 ed. São Paulo: Malheiros,2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 5 ed. São Paulo: Gen Forense, 2021.

ZAPATER, Maíra. Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva Educação. 2019. Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)

BRASIL. Lei no 10098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 20 dez. 2000

BRASIL. Lei no 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência



(Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 07 jul. 2015.

BRASIL. Lei no 8213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jul. 1991.

GUGEL, Maria Aparecida. Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público. Belo Horizonte: Editora Rtm, 2019. 347 p.

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)

COSTA, Eliane Romeiro. Previdência e Velhice: direito ao trabalho e à segurança no processo de envelhecimento. 22. Ed. Curitiba: Jurubá, 2016.

DIAS, Georgia Renata et. al. Estatuto do Idoso: comentários à Lei 10.741/2003 – 2021. São Paulo: Foco, 2021.

VIEIRA, Jair Lot. Estatuto do Idoso: legislação COMPLEMENTAR e normas correlatas. São Paulo: Edipro, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Direito da Criança e do Adolescente

ALMEIDA, Roberto Santoro. Saúde Mental da Criança e do Adolescente. São Paulo: Manole, 2019. ANDRUCCHI, Ana Cláudia Pompeu Torezan; CARACIOLA, Andrea Boari; JUNQUEIRA, Michelle Asato (Org.). Estatuto da Criança e do Adolescente: 25 anos. São Paulo: LTr, 2015.

ARAÚJO JÚNIOR, Gediél Claudino de. Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente. 3 ed. Revista, Atualizada e Reformulada. São Paulo: Gen Atlas, 2019.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente. 13 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

MADALENO, Rolf. Síndrome de Alienação Parental. 6 ed. Revista e Atualiz. Gen Método, 2019.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. 12 ed. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

TRINDADE, Jorge. Direito da Criança e do Adolescente: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

USTARROZ, Daniel. Responsabilidade civil por ato ilícito. São Paulo, Ed. Atlas 2014.

Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)

CLETO, Vinicius Hsu. A Convenção de Nova Iorque e o Estatuto da Pessoa com Deficiência: ordenamento brasileiro e políticas públicas. 2016.

METZKER, David; GUERRA, Brenda. Jornada de trabalho especial para responsáveis por pessoa com deficiência. 2020.

NÔGA, Álvaro Alves. Os direitos das pessoas com deficiência nas relações de trabalho. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 2020.

SOUSA JUNIOR, Silvio Roberto Siqueira. Pessoas com Deficiência: dificuldades de inclusão no mercado de trabalho. 2020.

TORRES, Lorena Lucena; SOUZA, Pedro Citó de. Os Direitos da Pessoa com Deficiência nos termos da Lei no 13.146/2015. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, no contexto de pandemia por Covid-19. 2020.

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)

BALERA, Wagner; MUSSI, Cristiane Miziara. Direito Previdenciário. São Paulo: Editor Método, 2019.

BALERA, Wagner. Sistema de Seguridade Social. 4. Ed. São Paulo: LTr, 2020.

BRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 19. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. Segurança Jurídica e a Eficácia dos Direitos Sociais Fundamentais. Curitiba: Juruá, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 23. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2016.

Coordenador do Curso:

Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares

Assinatura

Diretor da Unidade:

Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva

Assinatura

A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E DIREITOS HUMANOS	
Nome do Componente Curricular: DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: 10º Semestre	
EMENTA O componente tem como objetivo oferecer ao aluno uma visão ampla do mercado de consumo e dos principais institutos do direito do consumidor regulados no Código de Defesa do Consumidor e em outras normas complementares. Análise das relações de consumo a partir dos princípios expressos no Código de Defesa do Consumidor de harmonização e desenvolvimento econômico-social, transitando pelas questões individuais às coletivas e impacto social das decisões judiciais junto ao mercado. O estudo do componente será abordado de forma crítica para garantir uma análise atual da interpretação dos Código de Defesa do Consumidor, bem como sua evolução na doutrina, tribunais e os impactos do advento da tecnologia nessas relações.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direitos do Consumidor, 14ª edição, São Paulo, Atlas, 2016. GRINOVER, Ada Pellegrini et al. CÓDIGO Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto: direito material e processo coletivo, volume único. 12. Rio de Janeiro Forense 2018. NUNES, Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 8. São Paulo Saraiva 2014 THEODORO JÚNIOR. Humberto. Direito do Consumidor. 9ª edição. Rio de Janeiro, Forense, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Direito do Consumidor. 4ª edição, São Paulo, Atlas, 2014. CLEYSON DE MORAES MELLO; ANTÔNIO PERREIRA GAIO JÚNIOR. Código de defesa do consumidor comentado. Freitas Bastos, 2017. MACHADO, Antônio Cláudio da Costa; FRONTINI, Paulo Salvador; ANJOS, Marco Antonio dos. Código de defesa do consumidor interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri: Manole, 2013 MARQUES, Cláudia Lima e Benjamin, Antonio Herman. Manual de Direito do Consumidor, 7ª edição, São Paulo, RT, 2016. MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 8. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. MIRAGEM, Bruno. Curso de Direito do Consumidor. 6ª edição, São Paulo, RT. 2016. NUNES, Rizzatto. O Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação jurisprudencial. 5. São Paulo Saraiva 2015. SILVA NETO, Orlando Celso da. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro Forense 2013.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Universidade Presbiteriana

Mackenzie

Graduação em Direito - Centro de Ciências e Tecnologia

Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA	
Nome do Componente Curricular: PRÁTICA EXTENSIONISTA: DIREITO 4.0		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	() Sala de aula (X) Laboratório () EaD	Etapa: 10º Semestre	
EMENTA A prática extensionista do observatório Direito 4.0 será realizada no âmbito do programa de extensão “Acesso à Justiça na sociedade 4.0” cujas atividades serão desenvolvidas pelos alunos participantes do programa de acordo com a determinação do corpo docente responsável.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia será apresentada de acordo com as atividades desenvolvidas pelo corpo docente.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR A bibliografia será apresentada de acordo com as atividades desenvolvidas pelo corpo docente.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Universidade Presbiteriana

Mackenzie

Graduação em Direito - Centro de Ciências e Tecnologia

Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático:	
Nome do Componente Curricular: PRÁTICA EXTENSIONISTA: OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS		Código do Componente Curricular: NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA	
Carga horária: 2 horas/aula	<input type="checkbox"/> Sala de aula <input checked="" type="checkbox"/> Laboratório <input type="checkbox"/> EaD	Etapa: 10º Semestre	
EMENTA A prática extensionista do observatório de Direitos Humanos será realizada no âmbito do programa de extensão “Observatório de Direitos Humanos” cujas atividades serão desenvolvidas pelos alunos participantes do programa de acordo com a determinação do corpo docente responsável.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia será apresentada de acordo com as atividades desenvolvidas pelo corpo docente.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR A bibliografia será apresentada de acordo com as atividades desenvolvidas pelo corpo docente.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			

**COMPONENTES OPTATIVOS**

Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO APLICADO À TECNOLOGIA	
Nome do Componente Curricular: DIREITO DAS STARTUPS		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Busca-se compreender e aprofundar o conhecimento dos diversos ramos jurídicos envolvidos desde a concepção de uma startup até o desenvolvimento de sua atividade negocial. Para tanto, além dos aspectos societários, tributários, contratuais, de propriedade intelectual, serão abordados os formatos de financiamento e investimento, e, ainda, modelos e políticas de cumprimento das obrigações assumidas (compliance) e de governança. Com o objetivo de construir pontes entre as normas e regulamentações existentes e sua efetiva aplicação, serão apresentadas operações e problematizações de empreendimentos concretos em distintas áreas de atuação, em especial com análise e interação dos elementos tecnológicos face ao direito.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMINHA, Lucas; COELHO, Gustavo Flausino. Captação de Recursos por Startups. Grupo Almedina (Portugal), 2020 FEIGELSON, Bruno; NYBO, Erik Fontenele; FONSECA, Victor Cabral. Direito das Startups. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. FERREIRA, Larissa. A adequação das startups à Lei Geral de Proteção de Dados: desafios e oportunidades. In LIMA, Ana Paula. LGPD Aplicada. Atlas, 2021. FONSECA, Victor C. DOMINGUES, Juliana O. Financiamento de startups: aspectos econômicos dos investimentos de alto risco e mecanismos jurídicos de controle. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 319-354, jan./abr. 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BLANK, Steve; DORF, Bob. Startup: manual do empreendedor. Tradução Carlos Bacci Júnior. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014. REIS, Edgar Vidigal de Andrade. Startups: análise de estruturas societárias e de investimento no Brasil. São Paulo: Almedina, 2018. TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. Startups e Inovação: Direito no Empreendedorismo (Entrepreneurship Law). Editora Manole, 2017.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO APLICADO À TECNOLOGIA	
Nome do Componente Curricular: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Na última década, devido a grandes avanços tecnológicos na área da computação, com barateamento dos meios de armazenamento e processadores, bem como, em razão da larga produção de dados pela uso intensivo da Internet, ganhou forma também a ciência da computação, em especial na área da Inteligência Artificial de aprendizado de máquina e NLP – processamento de linguagem natural. Hoje, o binômio computação e dados compõem a matéria prima para a construção da nova sociedade da informação. Nasce a era do big data computing. Por suas características, a oferta dessa tecnologia disruptiva e pervasiva tem ganhado enorme importância na condução de negócios, pesquisa, desenvolvimento de produtos, além de serviços e nas políticas públicas no que já se chama de e-govern technology. Para o Direito, há dois grandes eixos de estudo: a computação de machine learning como meio de produção e aplicação de normas, e outro, relativo aos conflitos decorrentes da sua utilização massiva pela sociedade atual. Os impactos da inteligência artificial, em especial as blackbox tem sido um capítulo de grande preocupação na Comunidade Europeia em razão do seu potencial para revolucionar a produção e a aplicação do direito, em especial no que se refere ao Poder Judiciário e às formas alternativas de solução de conflitos, e eventualmente até provocar uma ruptura do modelo atual de Estado de Direito e da tutela dos Direitos Humanos. Necessário que o profissional do Direito conheça-a e conheça seus usos, seus riscos, aplicações de forma interdisciplinar e se instrumentalize para o aprofundamento para atender as demandas potenciais da sociedade e do mercado profissional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HARTIMAN, Fabiano. Inteligência Artificial E Direito: Convergência Ética E Estratégica. Curitiba: Alteridade Editora, 2020 MUELLER, John Paul; MASSARON, Luca. Aprendizado de Máquina para Leigos. Alta Books, 2019. MUELLER, John Paul; MASSARON, Luca. Inteligência Artificial para Leigos. Alta Books, 2019. Reis, Paulo Victor Alfeo. Algoritmo e o Direito. São Paulo: Almedina, 2020 GRUPO DE PERITOS DE ALTO NÍVEL SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. Orientações Éticas para uma IA de confiança. Bruxelas: Comissão Europeia, 2019. VIEIRA, Ricardo; FERNANDES, D E Carvalho; GAMBA, Angelo; et al. Tecnologia jurídica e direito digital. Estrasbugo.: COE, 2017. BALTZAN, P.; PHILLIPS, A. Sistemas de informação. Porto Alegre: Bookman, 2012, p. 1–25, 2018. CHIAVASSA, Marcelo de Mello Paula Lima; Andrade, Vitor Morais. Manual de Direito Digital. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020. ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo da Vigilância. Editora Intrínseca, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR O'BRIEN, J.; MARAKAS, G. M. Administração de sistemas de informação: uma introdução. 15. ed. Porto Alegre: AMGH. 2013. Grus, Joel. Data Science from Scratch : First Principles with Python, O'Reilly Media, Incorporated, 2015. ProQuest Ebook Central, Russell, S., Norvig, P., Macedo, R., Silva, F., Barros, L., & Wassermann, R. (2013). Inteligência artificial tradução da terceira edição. Rio de Janeiro: Elsevier Campus. Excelência e confiança na inteligência artificial. (2020). Luxembourg: Publications Office Kotu, Vijay, and Bala Deshpande. Data Science : Concepts and Practice, Elsevier Science & Technology, 2018. ProQuest Ebook Central, YEUNG, Karen. Algorithmic regulation: A critical interrogation. Regulation & Governance, v. 12, n. 4, p. 505–523, 2018 HILDEBRANDT, Mireille. The adaptive nature of text-driven law. Journal of Cross-disciplinary Research in ComputationalLaw, v. November, 2020. HILDEBRANDT, Mireille. Algorithmic regulation and the rule of law. Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences, v. 376, n. 2128, p. 20170355, 2018.			



Universidade Presbiteriana

Mackenzie

Graduação em Direito - Centro de Ciências e Tecnologia

WACHTER, Sandra; MITTELSTADT, Brent; RUSSELL, Chris. Why Fairness Cannot Be Automated: Bridging the Gap Between EU Non-Discrimination Law and AI. SSRN Electronic Journal, p. 1–72, 2020.

GOODMAN, Bryce; FLAXMAN, Seth. European union regulations on algorithmic decision making and a “right to explanation”. AI Magazine, v. 38, n. 3, p. 50–57, 2017.

NEMITZ, Paul. Constitutional democracy and technology in the age of artificial intelligence. Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences, v. 376, n. 2133,

Coordenador do Curso:

Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares

Assinatura

Diretor da Unidade:

Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva

Assinatura

A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO APLICADO À TECNOLOGIA	
Nome do Componente Curricular: SOCIEDADE DE VIGILÂNCIA E DIREITOS HUMANOS		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA A disciplina visa discutir a Sociedade da Vigilância e os impactos jurídicos das tecnologias de reconhecimento biométrico, georeferenciamento, dados pessoais, rastros de navegação e comportamento online, principalmente nos direitos humanos. A disponibilidade de dados ainda ganhará um grande salto com a implementação da IoT, ou internet das coisas, que coletam dados (sons, imagens, textos etc), de forma automatizada através de sensores autônomos, Questões como limites estatais para persecução penal e vigilância massiva impactam na segurança social, principalmente em países de democracia ainda não consolidada. Num outro movimento, grandes corporações multinacionais como as big-techs vêm há anos refinando seus portfólios de serviços baseados em dados e têm provocado sensíveis modificações econômicas e comportamentais nos usuários da internet. Europa, EUA e Ásia vêm liderando os debates sobre a temática, de modo que é importante que os discentes estejam preparados para compreender essa realidade e refletir sobre tais questões, relacionando-as ao mundo jurídico tradicional, que passa também por transformações. Para tanto, iremos analisar textos e casos reais que propiciem o uso de metodologias ativas durante o semestre, como debates e simulação de julgamentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CASTELLS, Manuel. A Galáxia da Internet. Ed. Zahar, 2003. CHIAVASSA, Marcelo de Mello Paula Lima; Andrade, Vitor Morais. Manual de Direito Digital. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020. OLIVEIRA, Samuel R. Sorria, você está sendo filmado: repensando direitos na Era do Reconhecimento Facial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. RODOTÀ, Stéfano. A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. SNOWDEN, Edward. Como montei e desvendei o maior sistema de espionagem do mundo. Editora Planeta, 2019. VELIZ, Carissa. Privacidade é Poder. Ed. Contracorrente, 2021. ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo da Vigilância. Editora Intrínseca, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2016. CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança. Ed. Zahar, 2013. CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade – vols. 1, 2 e 3. Ed. Paz e Terra GREENWALD, Glenn. Sem lugar para se esconder. Ed. Primeira Pessoa, 2014. GOMES, Rodrigo Dias de Pinho. Big Data - Desafios à tutela da pessoa humana na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. HARARI. 21 lições para o século XXI. IGO, Sarah. The Known Citizen: a history of privacy in modern america. Ed. Harvard, 2018. LÉVY, Pierre. Cibercultura. Editora 34, 1999. ORWELL, George. 1984., São Paulo: Companhia das Letras, 2009. VAIDHYANATHAN, Siva. Anti-Social Media: How Facebook disconnects us and undermines democracy. London: Oxford University Press, 2018. Behmann, Fawzi, and Kwok Wu. Collaborative Internet of Things (C-IoT) : For Future Smart Connected Life and Business, John Wiley & Sons, Incorporated, 2015.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO APLICADO À TECNOLOGIA	
Nome do Componente Curricular: LGPD: PROJETO DE COMPLIANCE		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA A marca indelével da 4ª Revolução Industrial é aquilo que a sociologia vem chamando de Capitalismo de Dados: o acúmulo de dados pessoais para a finalidade de impactar individualmente cada um de nós (“datais the new oil”). No mundo todo, surgem leis de proteção dos dados pessoais e o Brasil, recentemente, sancionou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que impactará todas as pessoas, governo e empresas do país. Muitos desdobramentos ainda acontecerão tanto no eixo regulatório-legal com o fortalecimento da ANPD, como ainda em razão da atuação dos tribunais, nos casos concretos, seguindo uma tendência de crescentes debates e importância, à medida em que a sociedade compreende este novo cenários, seus desafios e oportunidades. Essa disciplina visa, através de metodologia de projeto de compliance em uma empresa fictícia, capacitar os discentes em todas as fases de um projeto de adequação em proteção de dados pessoais, ao mesmotempo em que será possível realizar debates sobre os pontos nevrálgicos da legislação e regulação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BIONI, Bruno. Proteção de Dados Pessoais: A função e os limites do consentimento. São Paulo: Forense, 2018. DONEDA, Danilo. MENDES, Laura Schertel. SARLET, Ingo Wolfgang. RODRIGUES JR. Otávio Luiz (coords). Tratado de Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Forense, 2021. DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção dos dados pessoais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. MALDONADO, Viviane (coord.). LGPD: Manual de IMPLEMENTAÇÃO. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. PALHARES, Felipe (coord). Temas Atuais de Proteção de Dados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. RODOTÀ, Stéfano. A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR IGO, Sarah. The Known Citizen: a history of privacy in modern america. Ed. Harvard, 2018. ZUBOFF, Shoshana. A Era do Capitalismo da Vigilância. Editora Intrínseca, 2021. VELIZ, Carissa. Privacidade é Poder. Ed. Contracorrente, 2021.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO APLICADO À TECNOLOGIA	
Nome do Componente Curricular: BIG TECHS E DIREITO CONCORRENCIAL		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA O componente aponta a discussão relativa ao combate de condutas anticorrecionais (atos de concentração e práticas abusivas) levadas a cabo pelas grandes empresas de tecnologia, conhecidas como “big techs”, em especial aquelas relacionadas a questões de privacidade e proteção de dados de usuários. Para compreender a extensão e enfoque dessa problemática, serão estudados casos de grande repercussão decorrentes de decisões proferidas por autoridades da concorrência no Brasil, nos Estados Unidos e na União Europeia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FRAZÃO, Ana. Direito da concorrência. São Paulo: Saraiva, 2017 GABAN, Eduardo; DOMINGUES, Juliana Oliveira; MIELE, Aluisio; SILVA, Breno Fraga. Direito Antitruste 4.0.: fronteiras entre concorrência e inovação. São Paulo: Singular, 2019. KLEIN, Vinicius; DOMINGUES, Juliana Oliveira. Análise Econômica do Direito e Defesa da Concorrência: Novos Desafios. In: Yeung, L. Análise econômica do direito: temas contemporâneos. São Paulo: Almedina, 2021. PEREIRA NETO, Caio Mário da Silva (org). São Paulo: FGV Direito SP, 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede I. 17ª ed. trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2016. GRUNES, Allen P.; STUCKE, Maurice E. No mistake about it: The important role of antitrust in the era of big data. University of Tennessee Legal Studies Research Paper no. 269 (2015). https://ssrn.com/abstract=2600051 . NEWMAN, John M. “Reactionary Antitrust”. Concurrences Revue, no 4 (2019), pp. 66 - 72. PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos, Digital Economy, Big Data and Competition Law (February 27, 2019). Market and Competition Law Review, volume III, n. 1, april 2019, page 53-89. PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. Defesa da Concorrência e Bem-Estar do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. RIEM-HOFMANN, Wolfgang. Teoria Geral do Direito Digital. São Paulo: Forense, 2020.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO APLICADO À TECNOLOGIA	
Nome do Componente Curricular: BIOTECNOLOGIA (DIREITO E SAÚDE)		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Esta disciplina tem por objetivo estudar vários temas atuais de Biotecnologia e Bioética que estão intrinsecamente ligados ao Direito e Saúde. O setor da saúde no Brasil é um dos setores econômicos mais importantes do país; pois, contribui com 8% para o produto interno bruto (PIB) e promove cerca de 4,5 milhões de empregos; ou seja, 15% de todos os brasileiros empregados que contribuem para a Previdência Social. No caso de uma falha ou uma breve interrupção no fornecimento neste setor, interesses jurídicos, como a vida e integridade física, estariam diretamente afetados e postos em perigo. Um dos maiores riscos para empresas e usuários individuais de sistemas de TI (tecnologia de informação) é o risco de um ataque cibernético. Hoje, os ataques digitais estão cada vez mais direcionados, complexos e sofisticados. A automação crescente dos meios de diagnósticos que utilizam tecnologia de informação indo desde análises laboratoriais simples até a elaboração de laudos diagnósticos e prognósticos e, propondo terapias e tratamentos pelo emprego associado da IA com big data já criam situações antes inimagináveis; mas, hoje comuns. Também as cirurgias assistidas e as realizadas remotamente, ou as automatizadas, tangenciam o Direito com problemas decorrentes dessa tecnologia blackbox. Questões ligadas às políticas públicas e a forma como os órgãos governamentais dispensarão atendimento público com uso de tecnologia, gera para além da responsabilidade pelo uso e pelo patrocínio do uso da tecnologia, faz surgirem ainda, preocupações com o uso dos dados privados da saúde individual e o risco de intrusão, vazamento, ou compartilhamento indevido desses dados com players diversos, com grandes interesses econômicos e políticos envolvidos, como as seguradoras, planos de saúde ou fabricantes de medicamentos e equipamentos, ou até governos pouco democráticos. Por outro lado, há ganhos governamentais com o crescente uso desses dados, no desenho e na condução de políticas públicas de saúde, mas que podem também custar sacrifício de direitos como a privacidade e a autodeterminação. Como construir-se e aplicar-se modelos confiáveis de IA e como construir uma política de uso e compartilhamento ético e jurídico de dados, diante da nova tendência mundial do open-government? Todas estas inovações em saúde deverão ser analisadas nesta disciplina para que se tenha uma sólida segurança jurídica para que trabalhem com a ciência da vida.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CRAIG J, PATTERSON V (2005) Introdução à prática da telemedicina. J Telemed Telecare 1: 3-9CrossRefGoogle Scholar DALLARI, Analluza Bolivar & MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. LGPD na Saúde. São Paulo: RT, 2021. FRAZÃO, Ana & MULHOLLAND, Caitlin. Inteligência Artificial e o Direito. São Paulo: RT, 2020. HORENKAMP-SONNTAG D, IhLE P, BERGHÖFER A (2017) Big Data and Digital Medicine: Data Quality of GKV Routine Data for Scientific Research. GuP 5: 176-185Google Scholar KRÜGER-BRAND H (2016) Apps in Medicine: many security risks. Dtsch Ärztebl 5: 174–175Google Scholar. MALDONADO, Viviane Nóbrega & BLUM, Renato Opice. GDPR: regulamento geral de proteção de dados da União Européia. 3 ed. São Paulo: RT, 2021. MALDONADO, Viviane Nóbrega & FEIGELSON, Bruno. Advocacia 4.0. São Paulo: RT, 2019. TEPEDINO, Gustavo & SILVA, Rodrigo da Guia. O Direito Civil na Era da Inteligência Artificial. São Paulo: RT, 2020.			



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BACH C. (2019) Operação Da Vinci: método do robô.

BERTELSMANN STIFTUNG (2018) Informações em Saúde: pacientes que pesquisaram com Dr. Google ficaram satisfeitos. In: Bertelsmann Stiftung (Ed.) Data, Analyzes, Perspectives No. 2/2018.

DUMMER N (2018) "Os dados são a Matéria-prima mais Importante da Medicina". Entrevista com Christian Dierks.

EICHLER A (2017) Aspectos técnicos e jurídicos do Blockchain.

LANGE K, SAUTTER A, SCHULTE M (2019) O medicamento do futuro: como a digitalização está mudando a medicina.

LOCKER T (2016) IA salva a vida de um paciente porque corrige o diagnóstico incorreto dos médicos.

LOHMANN MF (2017a) Robôs como sacos de surpresa: uma análise de responsabilidade civil. AJP / PJA 2: 152- 162Google Scholar

MARTINI M, WEINZIERL Q (2017) Tecnologia Blockchain e o direito ao esquecimento. NVwZ 17: 1251-1259Google Scholar

MÜLLER MF (2014) Robôs e a lei: uma introdução. AJP / PJA 5 595-608Google Scholar

PARLAMENTO EUROPEU (2017) P8_TA (2017) 0051, relatório sobre a regulamentação civil no domínio da robótica. Resolução do Parlamento Europeu de 16 de fevereiro de 2017 com recomendações à Comissão sobre os regulamentos de direito civil no domínio da robótica (2015/2103 (INL))Google Scholar

PÜHLER A (2017) Big Data em Ciências da Vida: dr.NBI, uma rede alemã para infraestrutura de bioinformática. BIOSpectrum 01 (17): 103Google Scholar

REUSCH R (2017) Inteligência artificial (IA) e responsabilidade do produto: quem é o responsável quando a máquina aprende?

RME (2017) Médico versus Computador: quem é melhor para reconhecer metástases de câncer de mama?

SCHREY J, THALHOFER T (2017) Aspectos jurídicos do blockchain. NJW 2017: 1431-1436Google Scholar

SPICKHOFF A (2018) Direito Médico. CH Beck, MuniqueGoogle Scholar

VIEWEG M (2018) Nanorrobôs “destroem” tumores.

Coordenador do Curso:

Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares

Assinatura

Diretor da Unidade:

Nome: Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva

Assinatura

A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PÚBLICO	
Nome do Componente Curricular: DIREITO ELEITORAL		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Regimes políticos, democracia e participação popular. Direitos políticos e partidos políticos. Direito Eleitoral, elementos e princípios. Sistemas eleitorais. Voto. Justiça Eleitoral. Ações e recursos em matéria eleitoral.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CANDIDO, Joel Jose. Direito Eleitoral Brasileiro - 15ª Ed. São Paulo: Edipro, 2012. RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. ROLLO, Alberto; Rollo, Alexandre Luis Mendonça; Rollo, Alberto Luis Mendonça. Eleições no Direito Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CAGGIANO, Monica Herman Salem. Direito Eleitoral Em Debate - Estudos Em Homenagem a Cláudio Lembo. São Paulo: Saraiva, 2013. CAGGIANO, Monica Herman Salem. Direito Parlamentar e Direito Eleitoral. Barueri: Manole, 2004. CARVALHO, João Fernando Lopes de; Carvalho; ROLLO, Alexandre Luis Mendonça e outros. Reforma Política: uma visão prática. São Paulo: Iglu, 2007.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PÚBLICO	
Nome do Componente Curricular: DIREITO REGULATÓRIO, INFRAESTRUTURA E ENERGIA		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Análise da regulação estatal dos setores de infraestrutura e energia no Brasil e dos serviços públicos deles decorrentes, mediante análise crítica de seus principais marcos teóricos, normativos e jurisprudenciais, bem como por meio de estudo e debate de casos concretos observados no cenário nacional e no direito comparado – com foco nas experiências de países membros da OCDE – que permitam extrair boas práticas ao desenvolvimento humano, ambiental, econômico e tecnológico em âmbito local, regional e nacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. BAGNOLI, Vicente. Direito econômico e concorrencial. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. MOREIRA, Egon Bockmann. Direito das concessões de serviço público: inteligência da Lei 8.987/1995 (parte geral). São Paulo: Malheiros, 2010. FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Direito econômico. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013 CARVALHO, André Castro. Direito da infraestrutura: perspectiva pública. São Paulo: Quartier Latin, 2014. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019 GRAU, Eros Roberto. Ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O serviço público e a Constituição brasileira de 1988. São Paulo: Malheiros, 2003. RIBEIRO, Mauricio Portugal; PRADO, Lucas Navarro. Comentários à lei de PPP: parceria público privada: fundamentos econômico-jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2010. SILVA, Leonardo Toledo da (Coord.). Direito e infraestrutura. São Paulo: Saraiva, 2012. GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Parceria público-privada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PÚBLICO	
Nome do Componente Curricular: CRIMINOLOGIA		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Descrição da história do pensamento criminológico e caracterização da identidade epistemológica da Criminologia. Estudo sobre o controle social nas sociedades contemporâneas e sobre as funções sociais do sistema de justiça criminal. Compreensão da natureza política das agências oficiais de controle social e da relação entre aparato prisional e estrutura social. Análise de políticas criminais alternativas, que protejam e promovam Direitos Humanos. Avaliação do emprego da tecnologia em políticas de segurança pública.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANITUA, Gabriel Ignacio. Histórias dos pensamentos criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2008. ANYAR DE CASTRO, Lola. Criminologia da libertação. Rio de Janeiro, Revan, 2005. BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011. DEL OLMO, Rosa. América Latina e sua Criminologia. Rio de Janeiro, Revan, 2004. SÁ, Alvinho Augusto de. Criminologia Clínica e Execução Penal: proposta de um modelo de terceira geração. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 5. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBRECHT, Peter-Alexis. Criminologia: uma fundamentação para o direito penal. Curitiba: ICPC; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. ALVAREZ, Marcos César. Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil. São Paulo: Método, 2003. ANDRADE, Vera Regina Pereira. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. CHRISTIE, Nils. A indústria do controle do crime: a caminho de Gulags em estilo Ocidental. Rio, Forense, 1998. FIGUEIREDO DIAS, Jorge de; COSTA ANDRADE, Manuel da. Criminologia. Coimbra, Coimbra, 1992. RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. Punição e Estrutura Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. WACQUANT, Lïc. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. ZAFFARONI, Eugênio Raul. Em busca das penas perdidas. A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PÚBLICO	
Nome do Componente Curricular: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Análise crítica dos aspectos penais e processuais das principais leis penais especiais, sobretudo por meio de uma compreensão interdisciplinar do Direito Penal e suas inter-relações com outras áreas, por exemplo, a Política Criminal, o Direito Econômico, o Direito Administrativo e o Direito Tributário. Análise de temáticas específicas dentro da legislação penal especial, como o Código de Trânsito Brasileiro, a Lei Maria da Penha o Estatuto do Desarmamento, a Lei de Tortura, a Lei de Crimes Hediondos, a Lei de Organização Criminosa etc. Estudo sobre os aspectos penais e processuais da Lei de Drogas, com enfoque na abordagem crítica sobre a política criminal de drogas. Compreensão teórica e prática do conjunto de normas que visam a proteger valores de regulação macrojurídica de políticas econômicas, em especial das principais leis que se referem à proteção direta ou indireta da “Ordem Econômica” em sentido amplo, v.g. crimes contra a ordem tributária, contra a ordem econômica, contra as relações de consumo e lavagem de capitais. O estudo desses crimes e de eventuais procedimentos especiais será feito a partir de análise da legislação e da resolução de casos, bem como das principais decisões judiciais sobre a matéria.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal Econômico. V. 1, 1a ed; V. 2. 1a ed. São Paulo: Saraiva, 2016. DELMANTO, Roberto. Leis penais especiais comentadas. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. PRADO, Luiz Regis. Direito penal econômico. 8. Rio de Janeiro Forense 2018			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BADARÓ, Gustavo; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais. São Paulo: RT, 2012. BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Crimes federais. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015 LOBATO, José Danilo Tavares; MARTINELLI, João Paulo Orsini; SANTOS, Humberto Souza. Comentários ao Direito Penal Econômico brasileiro. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017. PAULSEN, Leandro. Crimes federais. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2018 SOUZA, Luciano Anderson de; ARAÚJO, Marina Pinhão Coelho. Direito Penal econômico: Leis penais especiais. v. 2. São Paulo: RT, 2020. RIBEIRO, Maurides de Melo. Drogas e redução de danos. São Paulo: Saraiva, 2017.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PÚBLICO	
Nome do Componente Curricular: ELEMENTOS DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO SOCIAL E ECONÔMICO BRASILEIRO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Discussão sobre a obra de intelectuais que ofereceram interpretações influentes sobre o Brasil, marcadamente sobre o Estado-nação e as relações entre cultura, raça, sociedade e economia. As características e a “herança” colonial. O Brasil independente e os caminhos para a construção da nação: economia, política, sociedade, Direito e direitos. Desafios do tempo presente: desigualdade e exclusão social, violência, desenvolvimento econômico e soberania nacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. MOTTA, Lourenço Dantas. Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos. São Paulo: Editora Senac, 2004. SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. SP. Cia da Letras. 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FURTADO, Celso. (2000). Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Publifolha. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. SP. Cia das Letras. 1995. MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. Vol. V (1897-1914). São Paulo: Editora Cultrix, EDUSP, 1977. MICELI, Sérgio. Intelectuais à Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. PRADO JUNIOR, Caio. (2000). Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, Brasiliense/Publifolha. SANTIAGO, Silvano (org.). Intérpretes do Brasil. 3 volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. SP. Cia das Letras. 2019.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PÚBLICO	
Nome do Componente Curricular: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Este componente curricular detalha o tema de “direito e economia”, apresentando os diversos usos de conceitos e princípios econômicos na aplicação do direito, na estrutura de negócios, na formulação de políticas públicas, e na elaboração legislativa. Além dessa utilização, a temática engloba a interação com diversos ramos do direito e suas normas e princípios, como o direito contratual, direito empresarial, direito da propriedade, responsabilidade civil e penal, corrupção, direito administrativo, tributário, processual e concorrential e na formulação e execução das respectivas políticas públicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA POSNER, Eric, e SALAMA, Bruno Meyerhof. Série DDJ - Análise Econômica do Direito Contratual, 1ª edição. 2010. SCHAPIRO, Mario G. Série GVLAWS - Direito Econômico - Direito e Economia na Regulamentação Setorial, 1ª edição. Editora Saraiva, 2008 TIMM, Luciano B (org.). Direito e economia no Brasil, 2ª edição. Grupo GEN, 2014. YEUNG, Luciana. Análise econômica do direito: temas contemporâneos. Grupo Almedina (Portugal), 2020. ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel (Org.). Direito & economia: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BAGNOLI, Vicente. Direito Econômico. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. CAVALLI, Cassio. Empresa, Direito e Economia. Rio de Janeiro: Forense, 2013. COOTER, Robert e ULEN, Tomas, Direito e Economia. Porto Alegre: Bookman, 5 ed 2010 FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos. 4a edição. Rio de Janeiro: Campus, 2015. FORGIONI, Paula Andrea. Análise econômica do direito (AED): paranóia ou mistificação. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. São Paulo. v.54. n.139. p.243-56. jul./set. 2005 FUX, Luiz. Processo Civil e Análise Econômica. Grupo GEN, 2020 MACKAAY, Ejan e ROUSSEAU, Stéphan. Análise Econômica do Direito. 2a. edição). Grupo GEN, 2015. PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. Curso de análise econômica do direito. São Paulo: Atlas, 2020. POSNER, Richard A. Economic analysis of law. 8th. ed. Boston: Aspen Publishers, c2011. xxiii, 1009 p. (Aspen casebook series). SCHAPIRO, Mario Gomes (Org). Direito Econômico Regulatório. São Paulo: Saraiva. 2010.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PÚBLICO	
Nome do Componente Curricular: TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO PÚBLICO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Estudo dos tópicos atuais de direito público, especialmente os que dizem respeito à relação jurídica e política estabelecida entre Estado e sociedade civil na atualidade. Análise dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais do Brasil e de outros sistemas jurídicos, estabelecendo como metodologia o direito comparado. O componente pode ser lecionado em português ou em língua estrangeira, com preferência à língua estrangeira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DALLARI, Dalmo de Abreu. A Constituição na vida dos povos: da idade média ao Século XXI. São Paulo: Saraiva, 2010. GUERRA FILHO, Willis Santiago; CARNIO, Henrique Garbelini. Teoria política do Direito, 2ª ed., rev., at. E amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. LOSANO, Mario Giuseppe. Os grandes sistemas jurídicos. Introdução aos sistemas jurídicos europeus e extra-europeus. Tradução: Marcela Varejão (Revisão da tradução: Silvana Cobucci). São Paulo: Martins Fontes, 2007. SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público, 5ª ed., 7ª tir. São Paulo: Malheiros, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. BONAVIDES, Paulo. Do país constitucional ao país neocolonial: a derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009. DURKHEIM, Émile. O individualismo e os intelectuais (Org. E ed. Marcia Consolim, Márcio de Oliveira, Raquel Weiss). São Paulo: EdUsp, 2016. NOHARA, Irene Patrícia. Fundamentos de Direito Público. São Paulo: Atlas, 2016. HÄBERLE, Peter. Textos clássicos na vida das Constituições (trad. Peter Naumann). São Paulo: Saraiva, 2016.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Universidade Presbiteriana

Mackenzie

Graduação em Direito - Centro de Ciências e Tecnologia

Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PRIVADO	
Nome do Componente Curricular: COMPLIANCE TRABALHISTA		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Estudo da legislação laboral segundo a perspectiva da prevenção e gerenciamento do risco à luz das mais recentes inovações na cultura corporativa trabalhista e da interpretação jurisprudencial das normas em vigor. Especificamente, o curso pretende capacitar para uma gestão corporativa eticamente conforme, capaz de reduzir e evitar passivo trabalhista, bem como garantir a promoção e tutela dos direitos humanos na empresa através de ações que visem a promoção da diversidade no ambiente laboral, da inclusão eficaz e do combate ao assédio, bem como uma correta gestão da tecnologia nas relações de trabalho.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LIMA SILVA, Fabrício, PINHEIRO, Iuri, BONFIM, Vólia. Manual do Compliance Trabalhista: Teoria e Prática (2021) - Juspodium 2021 MIZIARA, Raphael. Reflexos Da Lgpd No Direito E No Processo Do Trabalho. Revista dos Tribunais. 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARLOTTO, Selma. Compliance Trabalhista 2ª Edição Ampliada E Atualizada. São Paulo: LTr. 2020.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PRIVADO	
Nome do Componente Curricular: DIREITO ESPÓRTIVO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Estudo sobre a evolução do lazer e do esporte no Brasil e os mecanismo de proteção. As políticas públicas de esporte e lazer na perspectiva do direito social. A legislação nacional esportiva. Os preceitos de ordem constitucional. A lei geral de desportos (Lei Pelé). A lei de incentivo ao esporte (LIE, Lei n. 11.438/06). O estatuto do torcedor. O esporte adaptado e a acessibilidade. A estrutura associativa das entidades de prática esportiva nacional e internacional. A transformação do clube em sociedade (clube-empresa) e as tendências atuais. Elementos gerais e específicos das relações de trabalho; da prestação de serviço; o direito de arena; do direito de imagem; do patrocínio; das premiações; das luvas; do controle da atividade laboral; da jornada de trabalho; do “passe” e do direito federativo; da condição de jogo; do seguro do atleta; do atleta criança ou adolescente e, do paratleta. Os efeitos decorrentes do descumprimento das obrigações. A solução de controvérsias no direito desportivo nacional e internacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA STIGGER, Marco Paulo. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Olhares e Experiências na Perspectiva do Direito Social. Ijuí, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2019. TANAKA, Sonia Y. Kanashiro. Direito Constitucional. Barueri, São Paulo. Grupo GEN, 2015. RESENDE, Ricardo. Direito do Trabalho. Barueri, São Paulo: Grupo GEN, 2020.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2017. CAÚS, Cristiano; GÓES, Marcelo. Direito aplicado a gestão do esporte, 1ª edição. São Paulo: Editora Trevisan, 2013. FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. Manual esquemático de direito e processo do trabalho. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. VANCI, Patrícia de Salles; JORGE, NASSIF. Vânia Maria Jorge; MASTERALEXIS. Lisa Pike. Gestão de Esporte - Casos Brasileiros e Internacionais. Barueri, São Paulo: Grupo GEN, 2015. 978-85-216-2944-3. PADILHA, Rodrigo. Direito Constitucional. Barueri, São Paulo: Grupo GEN, 2019. 9788530988319.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PRIVADO	
Nome do Componente Curricular: TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO CIVIL APLICADO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Estudo dos tópicos atuais de direito civil para conceber o conceito e refletir sobre a função do Direito Civil na contemporaneidade, tendo em vista a teoria geral do direito privado, o direito das coisas, o direito de família e o direito das sucessões. Estabelecer a conexão do tópico com a doutrina e a jurisprudência, para permitir uma reelaboração de conteúdos apreendidos durante o curso de direito civil, dentre eles: aos direitos da personalidade; a função social da imagem; a responsabilidade civil contemporânea; a visão contemporânea do direito das obrigações; a função social contratual; o direito de laje; e, o impacto das novas tecnologias ao direito civil. O componente pode ser lecionado em português ou em língua estrangeira, com preferência à língua estrangeira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA JUNIOR, Gediel Claudino de Araújo. Prática no Direito de Família. São Paulo: Grupo GEN, 2019. 9788597023169. HIRONAKA, Giselda Maria F. Novaes; SANTOS, Romualdo Batista dos. Direito civil: estudos. São Paulo: Editora Blucher, 2018. SCHREIBER, Anderson. Manual de Direito Civil: Contemporâneo. São Paulo. Editora Saraiva, 2021.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil - Vol. I - Introdução ao Direito Civil - Teoria Geral de Direito Civil. São Paulo: Grupo GEN, 2020. RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. São Paulo. SCHREIBER, Anderson. KONDER, Carlos Nelson. Direito Civil Constitucional. São Paulo: Grupo GEN.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Universidade Presbiteriana

Mackenzie

Graduação em Direito - Centro de Ciências e Tecnologia

Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PRIVADO	
Nome do Componente Curricular: TRIBUTAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Estudo de direito aplicado sobre a tributação das pessoas jurídicas (industriais, comerciais e prestadoras de serviços), com destaque para o estudo dos principais impostos (federais, estaduais e municipais) e contribuições sociais (gerais e de seguridade social), bem como do regime compartilhado aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional). Estudo do planejamento tributário e análise de casos e jurisprudência dos tribunais superiores.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARRAZZA, Roque Antônio. ICMS. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015. FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 16ª ed. [2. reimpr.] rev. e atual. por: Denise Fabretti; Dilene Ramos Fabretti; José Luíz Munhós. São Paulo: Atlas, 2017. PERES, Adriana Manni; MARIANO, Paulo Antonio. ICMS e IPI no dia-a-dia das empresas: teoria e prática. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo: IOB, 2013. PRADO, Roberta Nioac, PEIXOTO, Daniel Monteiro, SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Estratégias Societárias, Planejamento Tributário e Sucessório. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. SHINGAKI, Mário. Gestão de impostos : para pessoas físicas e jurídicas. 9ª ed. São Paulo: Saint Paul, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CARLOTTO, Selma. Compliance Trabalhista 2ª Edição Ampliada E Atualizada. São Paulo: LTr. 2020.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PRIVADO	
Nome do Componente Curricular: DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Estudo das questões tributárias relacionadas à inserção do Brasil na economia globalizada por meio do processo de internacionalização das empresas nacionais e da atuação de empresas estrangeiras no território brasileiro, dedicando especial atenção ao fluxo internacional de capitais, serviços e às novas tecnologias e formas de atração do investimento estrangeiro. Estudo da tributação dos negócios da Economia Digital e os seus reflexos sobre a tributação regional/interna.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SCHOUERI, Luís Eduardo. Preços de transferência no direito tributário brasileiro. São Paulo: Dialética, 1999. TÔRRES, Heleno Taveira. Direito tributário internacional aplicado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. TÔRRES, Heleno Taveira. Pluritributação internacional sobre as rendas de empresas. 2ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. XAVIER, Alberto. Direito Tributário Internacional do Brasil. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. BIBLIOGRAFIA BÁSICA Digital ALMEIDA, Verônica Scriptorre Freire e. O direito dos trusts na perspectiva internacional. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. MEIRA, Liziane Angelotti. Tributos sobre o comércio exterior. São Paulo: Saraiva, 2012. MONTEIRO, Alexandre. Tributação da economia digital: desafios no Brasil, experiência internacional e novas perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2018. SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Tributação internacional. São Paulo: Saraiva, 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MOREIRA JUNIOR, Gilberto de Castro. Bitributação internacional e elementos de conexão. São Paulo: Aduaneiras, 2003. SCHOUERI, Luís Eduardo. Planejamento fiscal através de acordos de bitributação: treaty shopping. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. SILVEIRA, Rodrigo Maitto da. Aplicação de tratados internacionais contra a bitributação: qualificação de 'partnership joint ventures'. São Paulo: Quartier Latin, 2006. SILVEIRA, Ricardo Maitto da. O escopo pessoal dos acordos internacionais contra a bitributação: regimes fiscais especiais, conflitos de qualificação e casos triangulares. São Paulo: Quartier Latin, 2016. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Digital ALMEIDA, Verônica Scriptorre Freire e. O direito dos trusts na perspectiva internacional. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. BARBOSA, Mateus Calicchio. O procedimento amigável nos acordos de bitributação brasileiros. São Paulo: Quartier Latin, 2018. FERRARI, Bruna Camargo. BEPs no Brasil: negócios híbridos, normas CFC e competitividade internacional. São Paulo: Quartier Latin, 2018. FLÁVIO NETO, Luís. Direito tributário internacional: 'contextos' para a interpretação e aplicação de acordos de bitributação. São Paulo: Quartier Latin, 2018.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			



Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PRIVADO	
Nome do Componente Curricular: S/A E MERCADO		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Busca-se compreender e aprofundar aspectos característicos das sociedades anônimas, bem como o contexto, o marco legal e os principais atores relacionados ao mercado de valores mobiliários, como as companhias abertas, intermediários e investidores, a partir da análise de casos reais, consolidados em precedentes judiciais e administrativos (Comissão de Valores Mobiliários). Adicionalmente, o componente tem por fim empreender um diálogo entre a norma escrita, a doutrina e sua efetiva aplicação, além de interagir com o tratamento dado às principais questões no direito estrangeiro e a sua harmonização no direito pátrio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (todos os títulos constantes da Biblioteca virtual) CAMPINHO, Sergio. Curso de direito comercial - sociedade anônima. 5a ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2020. PINTO JUNIOR, Mario Engler. Empresa estatal : função econômica e dilemas societários. 2. São Paulo Atlas 2013. SANTOS, Alexandre Pinheiro dos; OSÓRIO, Fabio Medina; WELLISCH, Julya Sotto Mayor. Mercado de Capitais: regime sancionador. São Paulo: Saraiva, 2012. SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de. Direito, gestão e prática : mercado de capitais. São Paulo Saraiva 2013 WARDE JUNIOR, Walfrido Jorge. Direito societário aplicado : baseado nos precedentes das câmaras reservadas de direito empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1ª edição. EIZIRIK, Nelson, GAAL, Ariadna, PARENTE, Flávia, HENRIQUES, Marcus de Freitas. Mercado de Capitais – regime jurídico. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. Direito dos Valores Mobiliários, Rio de Janeiro: FGV, 2015. PITTA, André G. O regime de informações das companhias abertas. São Paulo: Quartier Latin, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COMPARATO, Fabio Konder e SALOMÃO FILHO, Calixto. O Poder de Controle na Sociedade Anônima. 6a. edição. Rio de Janeiro, Editora Forense, 2013. CARVALHOSA, Modesto, M. e EIZIRIK, Nelson. Estudos de Direito Empresarial, 1ª edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2010. COELHO, Fábio Ulhoa, FRAZÃO, Ana et a. Lei das Sociedades Anônimas Comentada. São Paulo, Atlas, 2021. SALOMÃO FILHO, Calixto. O novo direito societário.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			

Componente Curricular: exclusivo de curso (x)		Eixo Comum ()	Eixo Universal ()
Curso: DIREITO		Núcleo Temático: DIREITO PRIVADO	
Nome do Componente Curricular: DIREITOS AUTORAIS		Código do Componente Curricular:	
Carga horária: 2 horas/aula	(X) Sala de aula () Laboratório () EaD	Etapa: OPTATIVA	
EMENTA Análise da atividade artística, literária ou científica e sua importância socioeconômica. Estudo da evolução dos direitos autorais e sua divisão mundial em <i>Copyright</i> e <i>Droit d'auteur</i> . Detalhamento dos requisitos para uma obra receber proteção autoral. Diferenciação entre a autoria singular e a plural. Estudo das espécies de direitos autorais: os patrimoniais e os morais. Análise da evolução dos direitos autorais e a imposição constitucional de exercer uma função social. Discussão a respeito dos desafios desse ramo do direito privado diante do progresso tecnológico. Exame de questões relativas aos direitos conexos dos artistas intérpretes e executantes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AFONSO, Otavio. Direito autoral: conceitos essenciais. Barueri: Manole, 2009. BITTAR, Carlos Alberto. Direito de autor. 7. ed. rev., atual. e ampl. por Eduardo C. B. Bittar. Rio de Janeiro: Forense, 2019. COSTA NETTO, José Carlos. Direito autoral no Brasil. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Direito de autor. São Paulo: Saraiva, 2015.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COSTA NETTO, José Carlos. Estudos e pareceres de direito autoral. Rio de Janeiro: Forense, 2015. LEITE, Eduardo Lycurgo. Plágio e outros estudos em direito de autor. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. MORATO, Antonio Carlos. Direito de autor em obra coletiva. São Paulo: Saraiva, 2007. SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro; ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito autoral. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. SANTOS, Manuela. Direito autoral na era digital: impactos, controvérsias e possíveis soluções. São Paulo: Saraiva, 2009. SILVEIRA, Newton. Direito de autor no design. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. 6. ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2018. TRIDENTE, Alessandra. Direito autoral: paradoxos e contribuições para a revisão da tecnologia jurídica no século XXI. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, Elsevier, 2013.			
Coordenador do Curso: Nome: Prof. Dr. Leopoldo Rocha Soares Assinatura		Diretor da Unidade: Nome: Prof. Prof. Dr. Anaor Donizetti Carneiro da Silva Assinatura	
A bibliografia será renovada sempre que necessário, após atualização aprovada pelo Colegiado do Curso, sem significar alteração do PPC.			